



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TRANSCRIÇÃO DA 15ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2018, REALIZADA PELA COMISSÃO DE POLÍTICA SOCIAL E SAÚDE EM 15 DE JUNHO, SEXTA-FEIRA, ÀS 10H04, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, À AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO MANGE, Nº 66, PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

COMPOSIÇÃO DA MESA

SR. VEREADOR PAULO GALTERIO	PRESIDENTE
SR. VEREADOR AILTON DA FARMÁCIA	VEREADOR
SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA	DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSESSORES E DEMAIS PRESENTES

SR. LÚCIO RODRIGUES	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
SR. ADOLF DENY	ASSESSOR DO VEREADOR CARLÃO DO PT

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Legenda:

(F) palavra escrita com base na fonética, podendo ter a grafia incorreta

-- interrupção da fala

Aviso:

Nesta transcrição utilizam-se os nomes parlamentares em substituição a menções informais ou incompletas dos nomes dos vereadores.

Foi realizada revisão de concordância verbal e nominal.

A Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão não se responsabiliza por eventuais informações incorretas enunciadas pelos oradores.

[início da transcrição]

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Senhores e senhoras, um bom dia; Campinas que assiste essa transmissão da TV Câmara, bom dia, também; funcionários da TV Câmara que dão suporte a essa programação, bom dia; secretário Carmino, bom dia, vereador Ailton da Farmácia, demais presentes nesta Casa. Queria fazer aqui referência a Reinaldo Antonio de Oliveira, diretor do Fundo Municipal de Saúde, bom dia, Lúcio Rodrigues da executiva do Conselho Municipal de Saúde, Adolf Deny, assessor do vereador Carlão do PT.

Vamos dar início aqui. Agora eu dou por aberta: prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2018. É isso, né? Certinho? Prestação de contas aqui, que o secretário vem nesta Casa e nos coloca a situação das contas aqui da Saúde na cidade de Campinas. E hoje nós temos uma particularidade, nós vamos dividir essa prestação de contas hoje e em um segundo momento.

Secretário, nós temos um compromisso daqui a pouco e nós vamos fazer uma divisão. A hora que o secretário entender que a gente pode dividir, secretário, o senhor tem a liberdade de... eu faço o encerramento e a gente já tem reagenda para uma próxima data.

Eu vou dar a palavra ao vereador Ailton da Farmácia, se quiser se manifestar.

SR. VEREADOR AÍLTON DA FARMÁCIA: Bom dia a todos, também quero agradecer o secretário Carmino, que está aqui para expor hoje as contas da Saúde de janeiro a abril de 2018; ao Reinaldo que está sempre com a gente aqui — não é, Reinaldo? — dando o suporte, fazendo essa prestação de conta, e ao público presente e todos que estão em casa para saber como é que está a situação. E só isso só, só agradecer, gente.

Muito obrigado.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Está bom.

Secretário, o senhor tem a palavra... senhor dar início ao...

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Bom dia a todos. Bom dia aos telespectadores; bom dia, vereador Paulo Galterio; bom dia, vereador Ailton da Farmácia, Reinaldo, Sandra, nossos diretores. Tem vários colegas das secretarias daqui: de Finanças, da Saúde, que estão participando; o Lúcio, que representa aqui a executiva do Conselho; o Moacir, que nos ajudou muito na parte técnica do departamento do DGDO.

Eu agradeço a compreensão, vereador Paulo Galterio, sua, e do vereador Ailton da Farmácia. Nós temos um compromisso marcado de última hora pela Secretaria de Estado da Saúde, é uma coisa importante, que é a implantação, na Região Metropolitana de Campinas, da Rede Hebe Camargo de Câncer, e isso foi marcado um pouco de última hora, já está ocorrendo lá na CAT, e eu, no limite, até as 11h30, eu preciso sair dessa reunião.

Como essa reunião, ela é compartimentalizada em duas partes, uma parte, ela é contábil, financeira, e a outra parte mais longa, inclusive, mais analítica, ela é toda a parte técnica... E a compreensão do vereador Paulo Galterio nos ajudou de que nós dividíssemos essa reunião em duas partes: a gente cumpre a função constitucional hoje, apresenta toda a parte financeira, discutimos números e etc — o Reinaldo vai fazer essa apresentação —, e eu me comprometo, na próxima semana passo uma manhã novamente com vocês e fazemos toda a discussão técnica, analítica, e fico mais à vontade para falar das coisas mais ligadas ao dia a dia da Saúde e deixamos os números para reunião de hoje.

Então queria agradecer a compreensão da Câmara e do vereador Paulo Galterio, vamos cumprir a nossa função constitucional que é a prestação de contas, e na semana que vem a gente faz uma apresentação que já está pronta, inclusive, mas que demandaria duas horas, mais ou menos, pelo menos, para a gente mostrar todos os números, os programas, os resultados, os indicadores, e eu gosto sempre muito de fazer isso.

Acho que o produto final da saúde independe de coisas pequenas conjunturais, ou coisas maiores conjunturais, que possam acontecer, mas, na verdade, o importante é a gente mostrar o produto final do nosso trabalho, quer dizer o que conseguimos fazer, quais foram os resultados que estamos obtendo, quais são as dificuldades, para onde estão ocorrendo problemas, o que a gente tem que ficar mais vigilante, enfim. Quer dizer, isso a gente não faz de maneira açodada.

Então, eu queria novamente agradecer e passar a palavra, se o vereador Paulo Galterio me permitir, para o Reinaldo, o Reinaldo faz a apresentação do ponto de vista contábil, financeiro, e aí nós ficamos, eu, o Reinaldo, e os outros diretores — eventualmente pode haver alguma pergunta que transcenda o nosso conhecimento — à disposição de vocês.

Então, Reinaldo--

[falas sobrepostas]

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Vou passar a palavra para o Reinaldo, que é torcedor do Guarani, não é, Reinaldo?

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Obrigado, vereador Paulo Galterio. Na sua pessoa eu cumprimento os demais que estão compondo a Mesa.

Quero cumprimentar todos os presentes aqui, o Lúcio, Maria Helena, do Conselho, que estão sempre aí nas nossas discussões junto à comunidade, todos os presentes, aqueles que estão nos assistindo através da TV Câmara também.

A gente está, então, aqui cumprindo com a emenda constitucional e a Lei nº 141 de apresentar os gastos com Saúde no primeiro quadrimestre de 2018. Obviamente é a questão da legislação, mas eu acho importante que toda a cidade, todos os munícipes tenham consciência e saibam como é que o município está aplicando os recursos em Saúde.

Pela composição da arrecadação que compõe a lei, a emenda constitucional, o município de Campinas arrecadou [R\$] 1.330.838.000 no primeiro quadrimestre de 2018. A composição dessa arrecadação por parte do município, o maior na área na questão municipal, a maior arrecadação é... foi do IPTU: [R\$] 364 milhões; seguida do ISSQN: [R\$] 278 milhões.

A parte da União, que é o fundo de participação do município, a cota do IR e o ICMS de exoneração: [R\$] 23 milhões. Quanto à arrecadação que também é muito importante para o município, que é o ICMS, parte do estado: [R\$] 276 milhões; IPVA: [R\$] 217 milhões; e o IPI exportação: [R\$] 2,4 milhões.

Então, dessa forma, é a composição do [R\$] 1.330.838.000, que é a arrecadação que precisa, pela Constituição, ser aplicada 15% em Saúde, ou, no nosso caso, 17%, pela nossa Lei Orgânica, de recursos próprios.

Além das arrecadações, e aí esses recursos, eles são orçamentados e executados pelo Fundo Municipal, pela Secretaria de Saúde, são os recursos do SUS. Nós recebemos, no bloco da Atenção Básica, [R\$] 10,141 milhões... Ahn? Ah, desculpa, [R\$] 19,141 milhões; na Média e Alta Complexidade: [R\$] 90,215 milhões, [R\$] 1,820 milhão na Vigilância, [R\$] 1,636 milhão Assistência Farmacêutica; para Investimentos: [R\$] 3,499 milhões.

No estado... O estado compõe o Programa Dose Certa, glicemia, e o convênio com o Ouro Verde: [R\$] 14,890 milhões; e recursos diretos da saúde, que são a remuneração bancária e multas e taxas da VISA: [R\$] 1,375 milhão. Então, de recursos vinculados, recebemos [R\$] 132,581 milhões.

Esta é a despesa corrente de custeio e a despesa indireta da... total da Prefeitura, da área de saúde que nós gastamos, da secretaria, em um total de 300... que é lá embaixo, [R\$] 383,351 milhões.

A composição da despesa direta: dos [R\$] 357 milhões, [R\$] 191,712 milhões foram com encargos, equivale um percentual de 53%; Materiais de consumo: [R\$] 15,451 milhões; em Prestadores Conveniados, serviços hospitalares e demais serviços conveniados: [R\$] 108,931 milhões; demais serviços da Secretaria: [R\$] 41,422 milhões; Indenizações e Restituições: [R\$] 407.000.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Em Equipamentos: [R\$] 1,639 milhão; Indenizações: [R\$] 563.000[sic]; e o repasse para o Hospital Mario Gatti, que agora — fazer um parêntese aqui — o Mario Gatti, ele tem uma composição que é o convênio com a secretaria, a gestão da intervenção do Ouro Verde, e a Rede de Urgência e Emergência, que é a rede que foi composta recentemente pelo governo. Em um total, então, de gasto com saúde de [R\$] 383.351.509,48.

Obviamente, o nosso percentual de despesa por fonte, a maior despesa nossa é a folha em 53%, 30% com convênios, 11% com consumo... com serviços, e 4,29[%] com consumo, e as demais coisas, as demais linhas, 0,46[%].

Com relação ao primeiro quadrimestre de 2018 e o primeiro quadrimestre de 2017, nós tivemos uma queda na folha de 4,29%, em consumo tivemos um aumento de 17%, nós tivemos bastante compras no início do quadrimestre, de despesas que a gente não conseguiu comprar no final do ano, mas isso mostra um pouco o consumo que aumentou.

Em Prestadores, uma queda de 16%, mas essa daí é porque o convênio da PUC não está contabilizado em abril porque estava em uma fase de renovação, o que foi feito em maio. Então em maio tivemos a despesa adicionada, então foi porque faltou uma liquidação aqui, de abril, que foi na fase que estava em renovação o convênio da PUC. Prestadores, então, teve uma queda de 16%.

Em Demais Serviços uma queda de 10% no total com relação ao primeiro quadrimestre de 2017.

Aqui as despesas são os [R\$] 383 milhões lá apresentado no total, mas aqui dividido por fonte. Então, em recurso próprio nós tivemos um gasto de [R\$] 272,529 milhões, esse é o gasto que preconiza a lei para fazer a divisão pela Receita para atingir o percentual mínimo em Saúde, que é recurso próprio. Mas, além do recurso próprio da Prefeitura, gastamos mais em Recursos Federal: [R\$] 104,360 milhões; recursos do Estado: [R\$] 5,776 milhões; próprio da Saúde: [R\$] 684.000. Então esse compõe o total de [R\$] 360 milhões... [R\$] 383,351 milhões gasto em Saúde pelo município.

As despesas seguem sempre o mesmo patamar de anos que, ou seja, mais de 70% com recursos que os municípios aplicam, vêm do próprio tesouro, recursos federais: 27%, e demais e estado e recurso próprio: 1,58[%] e 0,18[%]. Então a contribuição do município para a Saúde, deste município de todos os municípios, é fundamental para que a saúde dos municípios tenha avanços, porque é o município que tem arcado com a maior despesa para o custeio.

Aqui nós fazemos sempre apresentação dos nossos convênios, que é o nosso segundo percentual de maior despesa, que é 30%, um pouco mais de 30% neste quadrimestre, fazendo referência aos maiores convênios.

Nós tentamos apresentar aqui, na parte do Mario Gatti, destacar um pouco, contabilmente, como é que ficou aquela divisão do convênio, da intervenção e da Rede. Eu vou chegar lá e vou tentar explicar. E embaixo lá eu pus os repasses. Eu vou tentar fazer uma explicação aqui para dar maior transparência dessa questão do Mario Gatti, dessa questão da Rede, que contabilmente falando, contabilmente e financeiramente falando.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Mas, nós aplicamos lá pelas fontes, os convênios lá: Apascamp, APAE, Criança Paralítica, Fundação Penido Burnier, e a Síndrome de Down, é só com recursos federais, recursos esses do Ministério nos seus respectivos gastos no primeiro quadrimestre. O Grupo Vida já tem uma parte de recurso próprio e de federal: dos [R\$] 276 mil, [R\$] 206 mil é recurso próprio e [R\$] 70 [mil] é federal.

A Instituição Padre Haroldo, o recurso é todo próprio: [R\$] 444 mil. A Irmandade Misericórdia: dos [R\$] 3,5 milhões, [R\$] 2 milhões é recurso federal, [R\$] 1,5 milhão é recurso próprio. A Maternidade de Campinas: dos [R\$] 13,160 milhões, [R\$] 12,240 milhões são recursos federais e [R\$] 921 mil é recurso próprio. A Real Sociedade, Hospital Beneficência Portuguesa: [R\$] 3,8 milhões, [R\$] 2,6 [milhões] é recurso federal e [R\$] 1,2 [milhão] é recurso próprio. O Cândido Ferreira: [R\$] 23,640 milhões, sendo [R\$] 9 [milhões] recurso federal, e [R\$] 14 [milhões] recurso próprio. A PUC-Campinas: dos [R\$] 33,6 [milhões] — e a PUC aqui tem um mês a menos na liquidação por aquilo que eu já expliquei lá, a renovação do contrato — mais [R\$] 20,308 milhões é recurso federal e [R\$] 13,318 milhões é recurso próprio.

Aqui a liquidação... Eu pus aqui intervenção Ouro Verde, porque nós não podemos mais e não estamos mais pagando nada direto para a Vitale, mas estamos, sim, usando o empenho da Vitale para poder fazer o pagamento das Folhas, de suas responsabilidades das Folhas, que sejam impostos e contribuições sindicais e demissões ainda, no empenho da Vitale. Então liquidamos — eu pus lá intervenção Ouro Verde —, em recurso federal: [R\$] 12,903 milhões, em recurso próprio: [R\$] 11,716 milhões, [R\$] 3 milhões de recurso estadual, num total de [R\$] 27,869 milhões.

Repassamos para o Mario Gatti [R\$] 23,233 milhões liquidados no Mario Gatti. Desses [R\$] 23 milhões que foram liquidados no Mario Gatti, [R\$] 18 milhões foram com recurso federal, sendo: [R\$] 11,326 milhões, ele foi liquidado convênio; [R\$] 7,151 milhões foi liquidado intervenção, ou seja, repassamos o dinheiro para o Mario Gatti e ele liquidou, foram gastos... essa intervenção... gastos com convênio Ouro Verde, liquidados pelo Mario Gatti. Em recursos próprios [R\$] 4,065 milhões, sendo: [R\$] 1,056 milhão convênio, [R\$] 3,009 milhões intervenção; recursos estaduais [R\$] 689 mil a intervenção. Então, num total de [R\$] 10,850 milhões. Então, os [R\$] 12 [milhões] mais os [R\$] 10 [milhões] são os [R\$] 23,233 milhões que o Mario Gatti liquidou.

A gente sempre faz uma referência da Folha, então embaixo lá, a Folha de Pagamento do Mario Gatti custou... a Folha de pagamento e o convênio Mario Gatti, que é o custeio, custou aos cofres públicos [R\$] 63,519 milhões, ou seja, [R\$] 51,136 milhões é a Folha, mais os [R\$] 12 milhões, que é o custeio do Mario Gatti convênio, dá os [R\$] 63 milhões, que é o total do Hospital Ouro Verde, em termos de custeio total, entre Folha e custeio.

Nessa coluna de baixo eu pus o que nós repassamos de financeiro para o Mario Gatti na intervenção. Então, nós repassamos de recurso federal para o Mario Gatti [R\$] 9,118 milhões, ele liquidou na intervenção [R\$] 7,151 milhões. Nós repassamos, de recurso próprio, para o Mario Gatti na intervenção [R\$] 3,009 milhões, ele liquidou os [R\$] 3,009 [milhões]. E nós repassamos de recurso estadual para o Mario Gatti para a intervenção estadual [R\$] 6,359 milhões, ele liquidou [R\$] 689 mil. Então nós vamos nos perguntar: mas como? Nós repassamos mais, ele não liquidou? Sim, porque a

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

partir desse ano, nós começamos a repassar, no começo do ano, e como ele... licitações, que ele está fazendo, lá nesse primeiro quadrimestre, então ele tem esses gastos já empenhados para liquidar, entendeu? Então nós vamos ver aqui no próximo, a partir de maio e junho, muitas liquidações, porque era o prazo no início do ano que ele começou a fazer as licitações e compras de gasto direto pelo Mario Gatti.

E nós pusemos uma linha aqui na Rede Mario Gatti, abaixo ali de "Total dos Prestadores", Rede Mario Gatti de Urgência e Emergência, que são os gastos que irão compor o Mario Gatti na Rede, são as Upas e o Samu, porém, ainda não teve nenhuma liquidação. Por quê? A despesa do SAMU, por exemplo, vai aparecer em maio, que só está empenhada, mas ainda não foi liquidada. Então no próximo quadrimestre o Mario Gatti apresentará, até que perdure a intervenção, três distintas fontes de despesas, ou seja, do convênio, da intervenção e da Rede. Então na Rede, no primeiro quadrimestre, ainda não tivemos despesas efetivas, não empenhadas, empenhadas, sim.

Pela lei, então, nós tivemos uma arrecadação — como eu expliquei pela linha lá que compõe a Emenda —: [R\$] 1,330 bilhão, e uma despesa com recurso próprio do município, que são os [R\$] 272 milhões. Lembrando que nós gastamos [R\$] 383 milhões em Saúde, mas a lei preconiza o gasto com recurso próprio. Então atingimos, nesse primeiro quadrimestre, o percentual de 20,48%, percentual esse que está acima da nossa Lei Orgânica e da Emenda Constitucional. Primeiro quadrimestre, então, de 2018, tivemos um gasto de 20,48[%]. Aqui só demonstra que a gente vem aplicando sempre acima do percentual. Chegamos em 2017 a 30,9[%], a 31,12[%] em 2017. Estamos o primeiro quadrimestre em 20,48[%].

Isso aqui nós demonstramos sempre o orçamento. Se a gente olhar historicamente desde quando a emenda foi constituída em Constituição... da Emenda 29, onde que atribuiu responsabilidades ao município, de aplicações, o nosso orçamento era [R\$] 188 milhões. Se a gente pegar a inflação toda e chegar a 2017 chegaríamos a [R\$] 580 milhões. O nosso orçamento inicial está [R\$] 1,411 bilhão. Nós começamos o orçamento de 2017 [R\$] 1,383 bilhão, e terminamos orçado em 2017 [R\$] 1,453 bilhão, e já iniciamos o nosso orçamento em [R\$] 1,411 bilhão.

Aqui demonstra, muito claramente, o descolamento que tem dos investimentos das áreas... das federais, desde quando foi constituída a obrigatoriedade para com a realidade orçamentária em que os municípios passam. Se a gente pegar só a inflação, teríamos menos da metade do orçamento para aplicar em Saúde. Então essa diferença, obviamente, explica como é que os municípios estão muito penalizados nessa questão desse subfinanciamento que existe do nosso estado para com a Saúde... estado geral, né?

Aqui são os telefones do Fundo, o Fundo está sempre de portas abertas para aqueles que queiram saber de como executamos, para quem e como, lá no 11º andar. Nossos telefones, nossos contatos.

Eu fico à disposição para responder, vereador, a todas as perguntas que precisarem ser respondidas.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Secretário, tem alguma consideração a fazer?

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Tenho.

Em primeiro lugar, eu acho que uma grande mudança na execução orçamentária ao longo de 2018, e que vai se projetar, e a Câmara, obviamente, vai se debruçar sobre isso na execução da lei orçamentária, é a criação da Rede Mario Gatti de Urgência e Emergência e Hospitalar, porque a partir deste ano, vocês sabem, a gestão de todos os nossos próprios, ela é pública, passou a ser pública, nós primarizamos a gestão do Hospital Ouro Verde.

Só que a partir do momento em que a lei de criação da Rede Mario Gatti foi promulgada, nós não tínhamos previsto na Lei Orçamentária Anual de 2018 a existência da Rede. Então, neste ano, praticamente todos os dias, vereador, nós temos esse desafio, porque tudo que entra para a Rede tem que sair da Secretaria da Saúde, e o nosso grande desafio é como nós vamos compor o orçamento da Rede o ano que vem e, digamos, do restante da Secretaria da Saúde, porque nós não temos como criar dinheiro novo para a Rede, o que entra na Rede tem que sair obrigatoriamente da Secretaria da Saúde. Então, esse é um desafio, nós temos discutido isso todos os dias.

A gente teve aquele primeiro momento muito aflitivo de manter o salário dos trabalhadores, manter as atividades do hospital, os acordos junto ao Ministério Público Federal do Trabalho que foram feitos, hoje já tem uma sistemática de substituição, e toda a questão operacional e cultural de implantação da Rede. Quer dizer, nós ainda vivemos esse desafio, e acho que estaremos juntos nessa transição.

Então, muito do que o Reinaldo trouxe talvez seja difícil de ser entendido pela população, é muito... o detalhe técnico contábil e financeiro é muito grande, mas o importante é que a Rede Mario Gatti ela vai se instituir no sentido de trazer toda a gestão pública a todos os nossos próprios, independente das parcerias.

Vocês viram, nós temos muitas parcerias e vamos continuar ter muitas parcerias, mas a questão orçamentária... e depois de pessoal também, porque a Rede Mario Gatti, como era já a autarquia anteriormente, ela não tem um corpo funcional dela. Hoje o que a lei que criou, a Rede Mario Gatti trouxe, são as funções de gestão, essas já estão todas estabelecidas, preenchidas, e as pessoas já estão trabalhando nessas novas funções dentro da Rede Mario Gatti. Mas a questão de pessoal ainda... toda ela, está dentro da Secretaria da Saúde, e eu diria ao senhor que isso vai levar anos, talvez décadas, até fazer essa passagem, vamos dizer, até a autarquia se instituir lá na frente. Esse fenômeno já aconteceu em outras autarquias, isso aconteceu com a Universidade Estadual Paulista, Botucatu, aconteceu com São Paulo. Quer dizer, há sempre uma compatibilização orçamentária e depois uma transição funcional.

Importante tranquilizar os trabalhadores, os nossos colaboradores, que ninguém vai perder nada, ninguém vai deixar de ter os seus direitos respeitados, e também ninguém será forçado a fazer nada que não queira fazer. Essa transição será leve, e ela será demorada, ela será muito longa.

Então, acho que a questão da Rede Mario Gatti é uma situação nova, é uma inovação de gestão. A gente vê o problema muito sério com a OS dentro do Hospital Ouro Verde, houve essa intervenção, nós respeitamos a questão dos trabalhadores, tanto que o acordo foi assinado e foi pactuado entre vários sindicatos, e nós respeitamos os direitos. A partir do momento da intervenção nenhum trabalhador

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

deixou de receber aquilo que era o seu direito em termos de salário, férias, encargos, foi tudo absolutamente respeitado.

Então, eu acho que essa questão da Rede Mario Gatti é uma questão que a gente vai ter que sempre atualizar os senhores, sempre atualizar a sociedade, porque haverá uma passagem, um rito de passagem muito longo, e muitas coisas ainda vão acontecer.

O outro dado que eu queria ressaltar, e que o Reinaldo colocou, e que existe uma certa cortina de fumaça em relação à questão da falta de recursos. Existe uma importante falta de recursos na Saúde. Esse gráfico que está projetado aqui mostra o quanto o governo federal vem se afastando do financiamento da Saúde.

Se a gente pega os dados lá do ano 2000 até 2005, nós tínhamos uma aplicação de recursos invertida em relação ao que nós temos hoje. Hoje o município... isso não aconteceu de ontem para hoje, nem aconteceu nesse governo, veio acontecendo ao longo dos anos, veio acontecendo ao longo dos últimos 15 anos, de modo que nós chegamos a um limite insuportável dos municípios, eu não diria só de Campinas, nós temos município como, por exemplo, o município de Diadema, que já chegou ao limite estratosférico de 40%, 40% dos recursos aplicados em saúde.

Esse número, 20,56[%][sic], é o primeiro quadrimestre, esse é um número cumulativo, quando chegar em dezembro e a gente for fechar o número definitivo, esse número vai ultrapassar 30% como tem ultrapassado nos últimos anos: 31[%], o ano passado 30,98[%], são dados do Siops, são dados públicos. Esse número é impossível de ser ultrapassado, apesar dos encargos todos que a gente tem assumido, tem aumentado muito. Então nós estamos em um ano eleitoral, vocês são agentes políticos, é fundamental a gente deixar claro para a sociedade que falta dinheiro, que precisa colocar dinheiro.

A Emenda Constitucional 95 é um golpe de morte ao sistema público de saúde, talvez de educação também, porque congela os recursos da saúde por 20 anos, isso é impossível de ser feito. É impossível de ser feito. Eu não sei o que o próximo governo vai tomar de decisão, mas nós não podemos, nós não temos como suportar esse aumento de encargos e demanda nesse cenário de repasse do governo federal, nós precisamos do governo federal. O governo estadual nós melhoramos o nosso relacionamento, tem um recurso...

Lembrar que o governo estadual tem uma parcela importante de responsabilidade também na cidade, todo o complexo da Unicamp, Boldrini, Sobrapar, financiado pelo estado, o Reinaldo mostrou, parte do Ouro Verde... o Ouro Verde tem um financiamento tripartite, tem o recurso que é federal, tem o recurso que é estadual, tem o recurso que é municipal, e isso se mantém até dezembro de 2019, nós temos um convênio assinado de [R\$] 90 milhões que vai 2018 inteiro e 2019 inteiro. Quando nós trabalhamos esse convênio foi no sentido de não entrarmos nem no ano eleitoral e nem no primeiro ano do futuro governo, porque é sempre mais difícil fazer essa negociação seja no ano eleitoral. Então esses recursos do governo do estado para o Ouro Verde estão garantidos até dezembro de 2019. É um recurso importante.

Existe um trabalho feito através do município e da região metropolitana, e ontem foi alvo de uma discussão com o novo secretário de saúde, o Professor Zago, no sentido de aumentar os recursos para a Atenção Básica. Eu acho que é um bom

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

ambiente. Hoje o governo do estado, ele aplica R\$ 3 *per capita* por ano na Atenção Básica. Para vocês terem uma ideia, o município de Campinas gasta em torno de [R\$] 220 e [R\$] 200 e pouco *per capita* em Atenção Básica, nós recebemos [R\$] 28 do governo federal e recebemos [R\$] 3 do governo estadual. Então, a proposta para o governo estadual é passar de [R\$] 3 para [R\$] 9, tentar aumentar de maneira significativa esse repasse *per capita*, e o governo do estado passar a trabalhar um pouco conosco dentro da Atenção Básica.

Há um grande investimento de capital, a gente vai poder falar na próxima apresentação em relação ao Saúde em Ação, fortalecimento da rede básica, e precisa ser acompanhado de um financiamento compatível sob pena de a gente não conseguir fazer o programa, já que o custeio é sempre o maior desafio que nós temos na área da Saúde.

Então são esses os comentários muito rápidos que eu queria fazer. Nós temos uma situação orçamentária equilibrada neste momento. Há algumas semanas a gente fez uma reunião com a área financeira e avaliamos comparativamente 2016, 2017, e 2018. Dentro do que nós consideramos um elemento fundamental da aplicação orçamentária, a liquidação ficou dentro daquilo que nós havíamos programado.

2017 — eu já disse em outros encontros aqui — é um ano a ser esquecido. 2017 foi duríssimo, tivemos muitos problemas, um restos a pagar muito grande de 2016 para 17, o que se reflete nesse número, que o vereador Paulo Galterio colocou: Por que é que era 25% no primeiro quadrimestre e agora é 20[%]? Porque nós tivemos um volume imenso de restos a pagar de 2016 em 2017. Eu sempre digo que 2016 acabou em agosto de 2017, foi quando nós pagamos o último fornecedor de 2016. Isso consumiu grande parte dos recursos de 2017 para cobrir restos a pagar de 2016. Nós tivemos em 2017 momentos extremamente difíceis.

Na próxima apresentação eu vou mostrar a disponibilidade de remédio e tal, mas nós chegamos a ter 60% de remédios faltando. Hoje não é essa situação, nós vamos mostrar na próxima apresentação, houve uma melhoria. Ainda não temos 100% e talvez nunca ninguém terá 100%, mas houve uma melhora significativa de abastecimento. Vocês viram que os recursos para custeio de material, insumos, remédios, foi o que cresceu nessa apresentação que a gente fez e é nesse sentido de suprir a rede de novos... de materiais. Então, acho que está colocado com toda a transparência a questão do dinheiro, porque tudo gera dinheiro na verdade, tudo tem que ter dinheiro.

A gente mostrou a questão do empenho de pessoal também, que eu queria enfatizar, vocês viram 53%, nós estamos indo além do limite prudencial em Folha, mesmo diminuindo o número de trabalhadores. Veja, é um paradoxo isso, diminui o número de trabalhadores e o nosso empenho com Folha é superior a 50%. Nós estamos falando em 53%. O ano passado foi 51%. Então, nós estamos no limite prudencial, o que nos faz trabalhar, claro, repondo equipes, etc, naquilo que for mais crítico, mas empurra a administração pública por uma questão que é, cada vez, ter mais parceiros para poder atender uma demanda crescente.

Outro dia, eu... até é um assunto que eu queria... eu sei que o senhor é acho que... está presidindo a Comissão de Saúde. Existe uma questão e ligada à Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma questão que a gente quer até fazer uma consulta

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

ao Tribunal de Contas, porque 30%, pelo menos, dos atendimentos feitos em Campinas não são de cidadãos de Campinas, são de outros cidadãos ou de outros municípios.

Nós não temos fechado a porta e nem fecharemos, importante dizer isso, e a visão do prefeito é essa, eu tenho ouvido o prefeito dizer: "Eu não fecho a porta para a Saúde porque eu não vou discutir para a pessoa quando vai no *shopping* comprar alguma coisa..." Quer dizer, então se de um lado a gente despende recursos para atender, por outro lado o município polo acaba arrecadando mais também por conta de prestar outros tipos de serviços a pessoas de outras cidades. Então, não é esse o caminho.

Mas, nós gostaríamos de perguntar ao Tribunal de Contas se esses 30% que nós despendemos para cidadãos que não são da cidade de Campinas não poderia compor dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal uma margem orçamentária. Não sei se eu me fiz claro. Vamos dizer que do ponto de vista percentual isso pudesse aumentar a Saúde em três, quatro, cinco por cento, avançando dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas por conta de um atendimento que não é do cidadão de Campinas é de outros cidadãos e que nós assumimos isso, dentro da gestão de um município, não é uma gestão metropolitana, é a gestão do município de Campinas.

Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela é igual para todos, para todos os municípios, independente do município ser um município recebedor ou exportador de pacientes, vamos dizer assim. Nós somos recebedores de pacientes, porque nós somos um município polo, onde você tem mais tecnologia. E mais do que isso, nós recebemos os pacientes mais complexos, os pacientes mais simples, normalmente, ficam nos municípios de origem, os que vêm para cá são os pacientes que têm que fazer tratamentos especializados.

Então essa é uma situação, vereador Paulo Galterio, que eu acho que poderia ser esclarecida através do Tribunal de Contas e poderia dar uma margem de responsabilidade social, eu diria, não fiscal, mas social para área da Saúde.

Isso não acontece na Educação, a Educação não tem esse fenômeno de trazer pessoas de outros municípios, a Saúde... é característico da Saúde, isso. E é se a gente não poderia usar essa margem como margem orçamentária que ultrapassasse a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas por um atendimento que não é do cidadão de Campinas, é do cidadão de onde for, e que venha para ser atendido na nossa rede.

Então são esses os meus comentários e eu queria agradecer muito.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Então eu vou... considerando-se que o secretário pediu que a gente dividisse em duas essa audiência de prestação de contas, secretário, eu vou deixar em aberto a próxima reunião, e aí nós nos acertamos aqui, nós avisamos previamente.

E eu vou dar por encerrada essa primeira etapa da reunião, deixando bem claro que o mais breve possível nós realizaremos a segunda etapa da reunião, tendo em vista o compromisso do secretário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 15ª Audiência Pública de 2018, realizada em 15 de junho, às 10h04, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Bom dia a todos, às pessoas que estão nos assistindo, aos presentes, aos funcionários da TV Câmara.

Então eu dou por encerrada essa audiência da Comissão de Saúde.

Muito obrigado.

- Audiência encerrada às 10 horas e 45 minutos.

[fim da transcrição]

PRESIDENTE: _____

